



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS
CURSO DE PSICOLOGIA

SAFYRA DANIELLE SILVA ALBUQUERQUE

**VÍNCULOS PARENTAIS NO PROCESSO DE ADOÇÃO:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

SAFYRA DANIELLE SILVA ALBUQUERQUE

**VÍNCULOS PARENTAIS NO PROCESSO DE ADOÇÃO:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade Estadual do Piauí, como
requisito parcial para obtenção do título de
Graduado em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Ângela Sousa de
Carvalho.

TERESINA - PI

2024

A345v Albuquerque, Safyra Danielle Silva.

Vínculos parentais no processo de adoção : uma leitura psicanalítica / Safyra Danielle Silva Albuquerque. - 2024.
41 f.: il.

Monografia (Graduação) CCS, Facime, Universidade Estadual do Piauí, Campus Torquato Neto, Curso de Bacharelado em Psicologia, Teresina-PI, 2024.

Orientadora : Prof.ª Dr.ª Ângela Sousa de Carvalho.

1. Vínculos. 2. Adoção. 3. Psicanálise. I. Carvalho, Ângela Sousa de . II. Título.

CDD 150

FOLHA DE APROVAÇÃO

VÍNCULOS PARENTAIS NO PROCESSO DE ADOÇÃO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APROVADO EM 20/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ângela Sousa de Carvalho
Prof. Presidente

Prof. Me. Jaiana da Costa Aguiar Lebre Ferreira
Prof. Membro

Prof. Me. Ana Lúcia Omena
Prof. Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e pela sabedoria que me sustentaram ao longo desta caminhada.

À minha mãe, Roseane, que além de ser minha primeira professora, sempre me envolveu com amor e cuidado, mostrando que esses valores são a base de tudo, inclusive da educação. Você me ensinou que aprender vai muito além do conhecimento: é um gesto de afeto e confiança que incentiva a crescer e a acreditar no próprio caminho. Seu exemplo será para sempre minha maior inspiração.

Ao meu pai, Jotebege, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos. Sua confiança e apoio incondicionais, junto à disposição de estar ao meu lado em cada etapa, me deram a força para seguir em frente, sabendo que nunca estaria sozinha nessa jornada.

À minha irmã, Cybelle, que sempre foi meu refúgio e minha confidente, oferecendo conforto nos momentos difíceis e alegria nos dias felizes. Sua presença torna minha vida mais leve e cheia de significado. Você é minha pessoa favorita no mundo inteiro, e é um privilégio acompanhar o seu crescimento e vibrar com suas conquistas.

A minha vó, Ilza, cuja capacidade de amar ultrapassa todas as barreiras. Você não apenas acolheu cada neto e bisneto, mas nos ensinou o verdadeiro significado de cuidado, segurança e amor incondicional. Sua dedicação e carinho são a base sobre a qual construímos nossa força e confiança. Você é, para mim, a mais pura definição de amor.

À minha família, que sempre me apoiou e acreditou nos meus sonhos, mostrando o verdadeiro significado de amor e união, sempre se fazendo presente em minha vida de forma incondicional e cheia de carinho.

Às minhas amigas, Bárbara e Karinne, que estiveram ao meu lado na infância, na adolescência, e agora na vida adulta, e que espero ter ao meu lado pelo resto da vida. Nos momentos bons e ruins, compartilhamos risadas, lágrimas, conquistas e desafios. Vocês foram fundamentais para que eu seguisse em frente com coragem e determinação. A amizade de vocês é um dos maiores tesouros da minha vida.

Aos meus amigos Hadassiah, Lívia, Luiz, Maria de Fátima, Marília, Marina e Thayane, que estiveram comigo em cada momento da graduação, compartilhando

conhecimentos, frustrações, (muitas) risadas e conquistas. Juntos, construímos um vínculo baseado no respeito, apoio e admiração. Vocês foram essenciais durante minha jornada acadêmica e espero seguir ao lado de vocês, comemorando cada conquista que ainda virá.

Aos meus amigos Carlos e Pedro, por sempre se fazerem presentes em minha vida. Agradeço por ouvirem minhas angústias e por comemorarem comigo cada conquista. A amizade de vocês foi um apoio fundamental durante essa caminhada, e sou profundamente grata por tê-los ao meu lado.

Aos meus supervisores de estágio: Renato, Adriana, Patrícia, Ana Carla, Juscilene, Deborah, Naira, Anne e Cibele, que todos os dias me ensinam, com paciência e dedicação, lições valiosas para minha formação pessoal e profissional. Sou imensamente grata por suas orientações, que ampliaram meu olhar sobre o mundo e se tornaram referências essenciais para minha atuação profissional.

À minha orientadora, Ângela, a quem admiro imensamente, por sempre demonstrar cuidado e paciência ao ensinar. Com sua orientação suficientemente boa, me permitiu explorar, aprender e crescer com segurança. Seu exemplo é uma inspiração que levarei comigo para muito além desta jornada acadêmica.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível, meu sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

Esta pesquisa investiga como a teoria psicanalítica pode ser aplicada para compreender como são constituídos os vínculos parentais no processo de adoção. Nesta perspectiva, tem como objetivo geral investigar os aspectos psicanalíticos relacionados à constituição dos vínculos parentais no contexto da adoção. A pesquisa adota a revisão bibliográfica do tipo narrativo, considerando a seleção criteriosa de artigos em revistas científicas, dissertações e obras publicadas, conferindo prioridade a contribuições de autores clássicos como Sigmund Freud e Donald Winnicott, fundamentais no campo da psicanálise. Constata-se que a adoção em si não pode ser responsabilizada pelos conflitos que surgem na família e que o grande desafio para a família adotiva pode estar na aquisição e fortalecimento do sentimento de filiação, em que a criança e as figuras parentais se reconheçam mutuamente como pertencentes. Portanto, o presente estudo se justifica pela relevância teórica e prática do tema, visto que a adoção é um processo complexo que envolve a construção de vínculos afetivos que possuem impacto direto na dinâmica dessas famílias.

Palavras-chave: vínculos; adoção; psicanálise.

ABSTRACT

This research investigates how psychoanalytic theory can be applied to understand how parental bonds are formed in the adoption process. In this perspective, its general objective is to investigate the psychoanalytic aspects related to the constitution of parental bonds in the context of adoption. The research adopts a narrative literature review, considering the careful selection of articles from scientific journals, dissertations, and published works, giving priority to contributions from classical authors such as Sigmund Freud and Donald Winnicott, who are fundamental in the field of psychoanalysis. It is observed that adoption itself cannot be blamed for the conflicts that arise within the family and that the major challenge for the adoptive family may lie in acquiring and strengthening the sense of affiliation, where the child and the parental figures mutually recognize each other as belonging. Therefore, the present study is justified by the theoretical and practical relevance of the topic, as adoption is a complex process involving the construction of emotional bonds that have a direct impact on the dynamics of these families.

Keywords: bonds; adoption; psychoanalysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	8
2. METODOLOGIA	13
3. RAÍZES PSICANALÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS PARENTAIS	14
4. A DINÂMICA INCONSCIENTE NA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO	22
5. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE INFANTIL SOB O PRISMA DOS SENTIMENTOS PARENTAIS	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Historicamente, a adoção é uma prática antiga utilizada em diversas civilizações pelo mundo para fortalecer laços familiares, preservar a continuidade da linhagem ou cuidar de crianças órfãs. Ao longo dos séculos, esse processo sofreu alterações consideráveis de acordo com as diferentes sociedades que se estabeleciam. Na Roma Antiga, a adoção era comum para garantir a sucessão em famílias sem herdeiros. Para mais, na Idade Média, a adoção era motivada por razões econômicas, políticas, sociais e, até mesmo, religiosas.

Nesse meandro, a princípio, a ênfase estava na continuidade da linhagem familiar e fortalecimento de alianças familiares. Todavia, no decorrer da história da humanidade, a percepção sobre adoção foi sofrendo transformações atrelada às mudanças no conceito de infância, passando a priorizar o bem-estar infantil por meio da busca por lares afetuosos e estáveis para crianças que não tinham convivência com família de origem. A partir do século XX, diversos países implementaram leis e políticas públicas mais estruturadas para regulamentar o processo de adoção, visando proteger os direitos das crianças e adolescentes. Isso inclui avaliações mais rigorosas dos pretendentes à adoção e um foco maior no bem-estar da criança (Oliveira, 2010).

No Brasil, o processo de colocação de uma criança em família substituta é uma medida excepcional, que só é realizada por meio de guarda, tutela ou adoção, haja vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), publicado em 1990, visa garantir o melhor interesse da criança e a sua convivência na família natural, seja ela nuclear ou extensa. Para mais, a adoção perpassa por um período chamado estágio de convivência, com acompanhamento da equipe psicossocial das Varas de Infância e Juventude, para a constituição dos primeiros laços afetivos desta nova família (Brasil, 1990).

Segundo o Artigo 227 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil,

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 148).

Desse modo, é essencial garantir que o processo de adoção seja conduzido de forma a priorizar o interesse superior da criança, assegurando-lhe todos os direitos mencionados no referido artigo. Assim, tanto a família substituta quanto a sociedade e o Estado têm o compromisso de proporcionar um ambiente familiar seguro e acolhedor, livre de qualquer forma de violência ou negligência, promovendo o pleno desenvolvimento físico, emocional e social da criança adotada.

Portanto, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) foi criado em 2019, através da Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019, a partir da fusão de dois sistemas preexistentes: o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) com o principal objetivo de informatizar os dados referentes ao perfil das crianças e adolescentes inseridos no sistema de proteção da infância e da juventude, bem como dados de pretendentes à adoção (CNJ, 2019a).

Neste sentido, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que os pretendentes sejam inscritos no SNA, é necessário passar por um processo de Habilitação para Adoção, sendo este um procedimento administrativo que se tornou obrigatório com a promulgação da Lei nº 12.010/2009, conhecida como a Nova Lei da Adoção, e que permanece vigente sob a Lei nº 13.509/2017 (CNJ, 2022). No decurso processual, os postulantes à adoção participam de cursos preparatórios, promovidos pelos Tribunais de Justiça, com o objetivo de fornecer informações no tocante aos aspectos psicossociais e jurídicos que permeiam a este processo, além de orientações quanto a expectativa frente à adoção, bem como relatos de experiências.

Posteriormente, é realizada uma avaliação psicossocial dos pretendentes pela Equipe Técnica da 1ª Vara da Infância e Juventude. Durante tal procedimento, são observados aspectos relacionados ao histórico e vivências sociofamiliares, à expectativa referente a adoção, o planejamento familiar, bem como perfil desejado, contemplando quesitos como: idade, sexo, etnia, condições de saúde física e mental, entre outros. Após o cumprimento dos pré-requisitos para inscrição no SNA descritos acima e parecer do Ministério Público, o pedido é encaminhado para avaliação da autoridade judiciária e, se deferido, os dados dos postulantes serão inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, permitindo que sejam considerados para adoção de acordo com o perfil desejado.

Assim, quando o Poder Judiciário identifica uma criança ou adolescente cujo perfil corresponde ao definido pelos pretendentes, estes serão contatados para conhecer o histórico da criança, respeitando-se a ordem de classificação no cadastro. Caso haja interesse, será permitido iniciar uma aproximação, através de visitas à Instituição de Acolhimento, sendo estas monitoradas pela equipe técnica do local. Posteriormente, se a aproximação for bem-sucedida, inicia-se o estágio de convivência por 90 dias, prorrogável pelo mesmo período, em que o adotando passa a viver com o(s) adotante(s) sob acompanhamento das equipes técnicas da Instituição de Acolhimento e da Vara de Infância e Juventude.

Concluído esse estágio, os pretendentes ajuizarão ação judicial de adoção, cabendo ao juiz a determinação de elaboração de novo estudo psicossocial para verificar a adaptação da criança/adolescente ao novo contexto familiar e a vinculação socioafetiva com a família. Por fim, após parecer favorável, o juiz profere a sentença de adoção, determinando a confecção de um novo registro de nascimento, agora com as informações referentes à nova família, assegurando todos os direitos de filiação à criança ou adolescente (CNJ, 2019b).

Em suma, sob a perspectiva jurídica, a adoção constitui-se como um processo legal pelo qual, após a destituição do poder familiar dos genitores, os direitos e responsabilidades parentais são transferidos aos pais adotivos por meio de uma decisão judicial (Contente; et al., 2013). Em contrapartida, a psicologia enfatiza as adaptações emocionais e o desenvolvimento das crianças, podendo ser considerada como uma oportunidade para o estabelecimento de novos vínculos afetivos positivos e seguros entre as famílias (Alvarenga; Bittencourt, 2013).

É fulcral destacar que, embora o conceito de “vínculo afetivo” não seja uma categoria jurídica formal no direito brasileiro, é rotineiramente utilizado nas varas de família, infância e juventude especialmente em ações de divórcio, guarda ou adoção. Esse conceito é relevante devido a necessidade de assegurar o bem-estar e melhor interesse da criança, sendo esses os valores centrais em nosso sistema legal.

Nesse meandro, os vínculos afetivos podem ser compreendidos como laços emocionais e afetivos estabelecidos entre uma criança e seus cuidadores, sejam eles biológicos ou adotivos. Tais laços são fundamentais para o desenvolvimento emocional e psicológico dos indivíduos. Portanto, são amplamente considerados em processos de adoção, visto que, além da avaliação de aspectos legais, o ambiente

emocional e afetivo que será proporcionado à criança é minuciosamente analisado (Calderón, 2017).

Destaca-se que, desde os primórdios da psicanálise, com Freud, demonstra-se a importância dos primeiros anos de vida na formação e estruturação do aparelho psíquico. Assim, a teoria psicanalítica oferece conceitos profundos acerca da estruturação psíquica dos seres humanos, sua repercussão nos relacionamentos interpessoais e, com seu arcabouço conceitual substancial, surge como uma ferramenta valiosa para compreender esses processos complexos.

Para a psicanálise, o conceito de “vínculo afetivo” é complexo e relaciona-se à maneira como os sujeitos desenvolvem ligações emocionais com o outro, especialmente as figuras parentais. Embora Sigmund Freud não tenha utilizado o termo “vínculo afetivo”, sua teoria aborda de forma aprofundada a constituição desses laços emocionais. Em sua obra “Os Três Ensaios da Sexualidade”, o autor postulou que experiências emocionais negativas na infância podem levar ao desenvolvimento de padrões de comportamento e relacionamento que são influenciados por essas primeiras experiências (Freud, 2016 [1905]).

O psicanalista inglês Donald Winnicott (1982 [1957], 2021 [1958], 2019 [1971], 1983 [1979], 1997 [1996]), postulou que o vínculo está relacionado com o ambiente facilitador, especialmente nos primeiros anos de vida. Ademais, explorou a importância dos objetos transicionais, como cobertores e bonecos, no fortalecimento dos laços afetivos, haja vista que a relação mãe-bebê funciona como espelho das experiências emocionais da criança. Assim, a qualidade dos vínculos estabelecidos nessa fase influencia significativamente o desenvolvimento do futuro da criança.

Nesse contexto, o psicanalista brasileiro David E. Zimerman (2008), em seu Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise, destaca que a conceituação de vínculo implica necessariamente em características distintas. Em primeiro lugar, tratam-se de elos, que podem ser interpessoais ou intrapessoais, mantendo-se permanentemente presentes e interativos. Tais elos possuem uma natureza intrinsecamente emocional.

Além disso, são imanentes, ou seja, inatos e essenciais a um indivíduo, inseparáveis de sua existência. Funcionam como uma estrutura, composta por vários elementos em combinações variáveis, de modo que a alteração de um deles inevitavelmente influenciará o conjunto como um todo. São também polissêmicos, permitindo uma pluralidade de significados. Nesse meandro, os vínculos são

potencialmente transformáveis, indicando a capacidade de evolução e adaptação ao longo do tempo.

Mediante esse contexto, apresenta-se a seguinte pergunta que problematiza a questão fomentada e que guia este estudo: Como a teoria psicanalítica pode ser aplicada para compreender como são constituídos os vínculos parentais no processo de adoção?

Assim sendo, a pesquisa teve como objetivo geral investigar os aspectos psicanalíticos relacionados à constituição dos vínculos parentais no contexto da adoção. Em seguida, a pesquisa identifica como objetivos específicos: identificar os principais conceitos da teoria psicanalítica, com enfoque em autores como Sigmund Freud e Donald Winnicott, relacionados à formação de vínculos parentais; compreender como se estabelece a dinâmica inconsciente entre pais e filhos em virtude da filiação por adoção; e analisar, a partir da teoria psicanalítica, a repercussão dos sentimentos e expectativas dos pais na constituição da subjetividade da criança.

Portanto, a presente pesquisa se justifica pela relevância teórica e prática do tema, visto que a adoção é um processo complexo que envolve a construção de vínculos afetivos que possuem impacto direto na dinâmica dessas famílias. Para Levinzon (2009), uma das principais características dos seres humanos é o desejo de dar continuidade à espécie por meio da experiência parental.

Compreender como os princípios psicanalíticos se relacionam com os vínculos parentais no contexto da adoção pode fornecer novas perspectivas de intervenção para os profissionais envolvidos nesse processo. Para mais, investigar a influência desses laços na construção da subjetividade dos sujeitos pode contribuir para a compreensão do desenvolvimento emocional e psicológico da criança. À vista disso, a adoção, por natureza, transcende as barreiras biológicas, enfatizando a importância das relações emocionais e afetivas na construção da família.

2. METODOLOGIA

Com o intuito de atingir os objetivos delineados nesta pesquisa, utiliza-se uma abordagem qualitativa, concentrando-se na exploração de aspectos psicanalíticos que permeiam a formação de vínculos parentais no contexto da adoção. Esta metodologia baseia-se em uma rigorosa revisão bibliográfica, alinhada à definição de Sousa *et al.* (2021) que a descreve como um processo voltado para o aprimoramento e atualização do conhecimento por meio da investigação científica de obras já publicadas.

Para Minayo et al (2019), a pesquisa bibliográfica possui como principal vantagem possibilitar ao pesquisador abranger uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia investigar diretamente. A condução do estudo terá como diretriz as etapas delineadas por Gil (2022), sendo elas: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório da pesquisa, identificação e localização das fontes, leitura do material, fichamentos e, finalmente, redação do projeto final.

Nesse meandro, a pesquisa adota a revisão bibliográfica do tipo narrativo, considerando a seleção criteriosa de artigos em revistas científicas, dissertações e obras publicadas, conferindo prioridade a contribuições de autores clássicos como Sigmund Freud e Donald Winnicott, fundamentais no campo da psicanálise. Isto posto, utiliza os descritores “vínculos”, “adoção” e “psicanálise” nas bases de dados eletrônicos Google Acadêmico, SciELO, BVS e Periódicos CAPES.

Para subsidiar a coleta, são critérios de inclusão artigos completos publicados em língua inglesa e portuguesa e excluiu-se material repetido, publicações incompletas e/ou não alinhadas ao tema da formação de vínculos parentais na adoção.

3. RAÍZES PSICANALÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS PARENTAIS

Para explorar a formação de vínculos parentais no contexto da adoção, é essencial compreender a importância dos conceitos de infância e família, que são pilares no desenvolvimento psíquico e emocional de qualquer indivíduo. Isto posto, ao longo dos séculos, o conceito de infância passou por significativas transformações, especialmente a partir do período medieval. Inicialmente, a criança era vista como um ser incompleto, uma versão reduzida do adulto, sem uma identidade própria ou importância sentimental significativa.

Dessa forma, eram integradas rapidamente ao mundo dos adultos, tanto no trabalho quanto nas interações sociais, não havendo um período claramente definido de infância como conhecemos hoje. A educação era prática, sendo aprendida por meio da convivência com os adultos. A família também tinha um papel menos afetivo e mais funcional, focada na preservação de bens e sobrevivência coletiva, com o amor e o cuidado infantil não sendo primordiais (Ariès, 1986).

Contudo, entre os séculos XVII e XVIII, surgiu uma nova percepção da infância, reconhecida como um período de desenvolvimento único, com necessidades específicas de educação e proteção. Essa mudança foi impulsionada pela pedagogia e pela medicina, que começaram a influenciar a criação e o cuidado das crianças, fortalecendo o papel da família em sua socialização e desenvolvimento (Thiago, 2022).

Desta feita, a transformação do conceito de infância teve um impacto direto na dinâmica da família moderna. Com a crescente importância da educação e do cuidado infantil, a família burguesa, em particular, passou a se organizar em torno da criança, criando um ambiente controlado e voltado para seu desenvolvimento. Essas mudanças estruturais e ideológicas não apenas redefiniram o papel da criança na família, mas também reforçaram a família como a principal unidade social responsável pela formação moral e física da criança, mostrando uma conexão intrínseca entre as transformações no conceito de infância e a evolução da ideia de família (Costa, 2020).

Ademais, esta transformação também ocorreu no âmbito afetivo, com a família tornando-se o principal espaço de construção de vínculos e proteção para as crianças. Na modernidade, a valorização da infância e a estrutura familiar baseada

no afeto moldaram as dinâmicas sociais e culturais atuais, influenciando desde políticas públicas até as relações familiares, nas quais o bem-estar infantil é considerado prioritário (Ariès, 1986).

Logo, em uma perspectiva histórica, a humanidade passou de um amplo desconhecimento sobre o desenvolvimento infantil para uma visão que, ao longo dos séculos, representava a criança como um ser que precisa de proteção, cuja natureza era passível de ser moldada e corrigida pelos adultos. Foi apenas a partir das teorizações de Sigmund Freud, no final do século XIX, que essa concepção começou a se transformar significativamente.

Por meio da escuta de pacientes histéricas, Freud inicialmente desenvolveu a Teoria da Sedução, atribuindo a causa das neuroses em adultos a experiências sexuais traumáticas ocorridas na infância. No entanto, ele posteriormente abandonou essa teoria e passou a afirmar que os sintomas histéricos eram decorrentes de fantasias carregadas de desejo, ou seja, a realidade psíquica se mostrava mais determinante do que a realidade factual (Costa, 2010).

Este foi um momento teórico crucial no desenvolvimento da psicanálise, especialmente com a publicação da obra “Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (2016 [1905]), em que Freud introduziu a ideia de que o desenvolvimento emocional da criança transcorre em fases distintas, cada uma centrada em uma zona erógena do corpo, sendo estas: a fase oral, fase anal e a fase fálica, permitindo uma nova forma de entender a formação da personalidade e os processos inconscientes desde a infância. Na fase oral (que compreende o primeiro ano de vida), a boca se destaca como a principal zona erógena, e a satisfação é obtida por meio da amamentação e sucção. Eventuais traumas ou negligências durante esse estágio podem exercer influência sobre os vínculos futuros da criança com seus pais.

Já na fase anal (entre um e três anos), o foco é o controle dos esfíncteres, marcando o início do desenvolvimento da autonomia e autocontrole infantis. A maneira como as figuras parentais gerenciam essa transição pode impactar a relação entre pais e filhos. Entretanto, a fase fálica (entre três e seis anos) é de extrema importância para a formação dos vínculos, pois é nela que ocorre o conflito psicológico conhecido como Complexo de Édipo, um dos conceitos mais conhecidos da psicanálise.

Nesse momento, a criança escolhe um dos genitores como objeto de amor, desenvolvendo uma rivalidade em relação a outra figura parental. Essa complexa interação desencadeia sentimentos de amor e ódio em relação aos pais. A resolução bem-sucedida desse conflito resulta na formação do superego, que constitui uma consciência internalizada, incorporando as normas, valores e moral dos pais (Freud, 2016 [1905]).

Essa dinâmica intrapsíquica, fundamental para a formação da estrutura psíquica, encontra ressonância em outras teorias de Freud, como a apresentada em “Introdução ao Narcisismo” (2010a [1914]). Nessa obra, Freud explora o narcisismo como uma parte característica do desenvolvimento humano e não apenas apresenta o narcisismo como um conceito, mas também apresenta uma perspectiva importante para compreender como o narcisismo desempenha um papel essencial na formação dos vínculos parentais e nas relações interpessoais.

Freud descreve o narcisismo como um estágio normal do desenvolvimento infantil, durante o qual a criança está centrada em si mesma e em satisfazer suas próprias necessidades. Neste estágio, a criança desenvolve um senso primordial de identidade, onde ela é o epicentro de seu universo, “sua majestade, o bebê”. Ela busca a satisfação de suas necessidades básicas e a construção de um amor próprio que é fundamental para um desenvolvimento psicológico saudável.

No entanto, como o desenvolvimento infantil progride, a criança começa a formar vínculos com os pais ou cuidadores. O modo como esses primeiros relacionamentos são estabelecidos e nutridos influencia diretamente a formação do superego, que é a parte da mente que internaliza as normas, valores e moral dos pais. É aqui que o conceito de narcisismo se conecta aos vínculos parentais.

Os pais desempenham um papel vital na promoção de um senso saudável de autoestima na criança. Se eles fornecem amor, apoio e aceitação incondicional, a criança é mais propensa a desenvolver um Eu Ideal saudável e uma autoimagem positiva. No entanto, se os pais são excessivamente críticos, negligentes ou inconsistentes em suas interações com a criança, isso pode levar a conflitos na formação do Eu Ideal, resultando em dificuldades na construção de vínculos parentais sólidos e em relacionamentos interpessoais saudáveis.

Na psicanálise freudiana, o Eu Ideal é uma instância psíquica que se constitui através da identificação com um modelo externo, geralmente uma figura parental ou outra pessoa significativa. Representa um ideal de perfeição que o sujeito busca

atingir e incorporar em si mesmo. Em contrapartida, o Ideal do Eu é formado a partir da internalização de normas e valores sociais e culturais. Desse modo, é o conjunto de expectativas e padrões que o indivíduo deve seguir para ser valorizado e aceito pela sociedade (Freud, 2010a [1914]).

Neste sentido, é inicialmente com Freud que a criança ganha destaque na psicanálise, mesmo que o autor não a observasse diretamente. Entretanto, a partir de suas teorias, foi possível desenvolver uma técnica de psicanálise infantil. Assim, na história da psicanálise com crianças, as mulheres inicialmente assumiram o papel de analisá-las, uma vez que, naquela época, não lhes era permitido ingressar na universidade e seguir a carreira médica, tradicionalmente reservada aos homens. Ao alcançarem a maturidade, as mulheres geralmente se casavam ou iniciavam suas carreiras como professoras primárias. Assim, as primeiras mulheres a praticar a psicanálise encontraram nas escolas um ambiente propício para aplicar a teoria psicanalítica (Costa, 2010).

Entre as décadas de 1920 e 1940, a psicanálise infantil realmente ganhou forma e se desenvolveu, sendo impulsionada pelas pesquisas de Anna Freud e Melanie Klein. Essas duas psicanalistas foram fundamentais para o avanço da psicanálise com crianças, embora suas abordagens fossem diferentes. Anna Freud, filha de Sigmund Freud, dedicou-se a adaptar o método psicanalítico para crianças, uma vez que, para a autora, estas não conseguem associar livremente como o adulto. Desse modo, haveria uma impossibilidade de estabelecer uma relação puramente analítica com uma criança, haja vista sua dependência do meio ambiente e imaturidade. (Almeida et al., 2016)

Em contrapartida, Melanie Klein introduziu a técnica do brincar como um meio de acessar o inconsciente infantil, defendendo que mesmo as crianças muito jovens podiam expressar seus conflitos psíquicos simbolicamente. Para Klein, o conflito edipiano se originaria por volta dos seis meses de idade, indo contra aquilo que previamente foi postulado por Freud. A divergência entre as abordagens de Freud e Klein gerou debates significativos na psicanálise, expandindo a compreensão do desenvolvimento infantil e consolidando o brincar como uma ferramenta essencial na terapia com crianças (Costa, 2010).

Outro grande teórico da psicanálise infantil foi o pediatra e psiquiatra inglês, Donald Woods Winnicott, que contribuiu para a compreensão da constituição da subjetividade dos sujeitos, pois, a partir de seu trabalho clínico com bebês e

crianças, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, pôde constatar que, parte das queixas levadas pelas mães até seu consultório, eram devidos a perturbações emocionais primitivas. Para mais, Winnicott supervisionou seus casos com Melanie Klein e, apesar de ter sofrido influência das teorias kleinianas, optou por tomar um rumo independente, elaborando seus conceitos baseados em sua experiência clínica (Dias, 2002).

Nesse meandro, conforme a teoria winniciotiana, o vínculo afetivo pode ser elencado como um elemento crucial no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. Com base nesse princípio, ele formulou a ideia de que o vínculo afetivo se concretiza por meio dos conceitos de "*holding*" e "*handling*". O *holding* refere-se à dimensão emocional do cuidado, abrangendo a conexão emocional e a aceitação incondicional por parte da mãe (o termo "mãe" usado de maneira abrangente para englobar qualquer pessoa que exerce a função materna). Essa conexão emocional oferece à criança uma sensação de segurança emocional, assegurando-lhe que suas necessidades serão atendidas de forma consistente.

Por sua vez, o *handling* envolve as ações práticas e físicas de cuidado, englobando tarefas como alimentação, higiene e proteção, que contribuem para o bem-estar da criança. Logo, um vínculo afetivo saudável pressupõe que a figura materna seja capaz de atender de modo consistente às necessidades da criança, o que implica em ser "suficientemente boa". Isso possibilita o desenvolvimento de um senso de segurança e confiança no mundo para a criança (Winnicott, 1957/1982, 1979/1983).

Desta feita, em sua obra "Bebês e suas mães" (2020 [1987]), Winnicott postula que, ao ser segurado bem o suficiente, o bebê é capaz de desenvolver-se emocionalmente. Em contrapartida, ser segurado mal implica interromper continuamente esse processo, haja vista que o bebê humano precisa reagir frente às falhas na adaptação e intrusões ambientais. Isto posto, o termo que descreve o efeito de ser mal segurado no bebê é "*lesão*" e, segundo Winnicott, tais lesões contribuem tanto para o sentimento de insegurança quanto para a interrupção do processo de desenvolvimento, fragmentando a continuidade do ser. Neste sentido, os relacionamentos desse novo indivíduo com o ambiente externo baseiam-se nas primeiras experiências que fazem parte da relação mãe-bebê.

Portanto, a apresentação de objetos na sequência de *holding* e *handling* é uma etapa fundamental no desenvolvimento emocional e psicológico da criança,

estando intimamente ligada à sua interação com o ambiente e os objetos circundantes. Nesse contexto, o autor, em sua obra "O Brincar e a Realidade" (2019 [1971]), explora os conceitos de objeto transicional e fenômeno transicional como meios de atravessar a transição da dependência absoluta para a independência relativa.

O objeto transicional é um elemento físico de significativa importância na vida da criança, funcionando como um “elo” entre o bebê e sua figura materna. Este objeto, escolhido pela criança, desempenha o papel de conforto, utilizado para acalmar a criança, especialmente durante momentos de separação e ansiedade, representando uma continuidade do mundo materno. Pode se tratar de um cobertor, uma boneca ou um animal de pelúcia, por exemplo. À medida que a criança cresce, a importância desse objeto diminui gradualmente.

O fenômeno transicional é o processo psicológico vivenciado ao utilizar o objeto transicional. Nesse momento, a criança atribui significados e propriedades especiais a esse objeto, podendo acreditar que ele possui poderes mágicos ou até mesmo uma forma de vida. Esse fenômeno permite à criança lidar com a ambiguidade e a incerteza que fazem parte da transição rumo à independência. A criança pode experimentar sentimentos contraditórios, como amor e ódio, em relação ao objeto transicional. Essa etapa é fundamental no desenvolvimento, uma vez que auxilia a criança a aprender a lidar com a complexidade emocional e a transição entre o mundo interno e externo.

Em conjunto, esses conceitos ilustram como o cuidador proporciona uma base de segurança (*holding*) que permite à criança explorar o mundo (*handling*) de maneira gradual. O objeto transicional e o fenômeno transicional desempenham papéis essenciais na transição da dependência para a independência emocional. O objeto transicional age como uma ponte entre o mundo interno da criança e o mundo externo, fornecendo conforto e apoio emocional (Winnicott 2019 [1971]).

Na obra "Da Pediatria à Psicanálise" (2021 [1958]), Winnicott dedica um capítulo para descrever de forma concisa o desenvolvimento emocional primitivo. Neste texto, o autor destaca que os bebês mais novos estão mais preocupados com a forma como são cuidados do que com pessoas específicas, uma vez que ainda não possuem uma individualidade plenamente formada. Portanto, a separação de suas mães os afeta menos do que afetaria bebês com mais de seis meses de idade.

Winnicott propõe a existência de três processos fundamentais que ocorrem nos estágios iniciais de nosso desenvolvimento: integração, personalização e realização. O último desses processos indica a tomada de consciência de que os fenômenos não são meras criações da imaginação, enfatizando assim a importância da desilusão na formação do self.

No que diz respeito à integração, na visão de Winnicott, se relaciona com a capacidade do bebê ou da criança de unificar e harmonizar suas experiências emocionais e psicológicas, criando uma identidade coesa. Esse processo envolve a fusão das várias facetas da personalidade em uma entidade unificada. A integração desempenha um papel fundamental no desenvolvimento saudável, permitindo à criança lidar com suas emoções de maneira equilibrada e experimentar uma sensação de continuidade e coesão em sua identidade.

A personalização, por sua vez, é outro conceito crucial em Winnicott. Refere-se ao processo pelo qual a criança desenvolve uma identidade pessoal e única, distinta de seus cuidadores, em particular da mãe. Inicialmente, o bebê não faz uma distinção clara entre o eu e o outro, mas, gradualmente, ao longo do tempo, ele constrói sua própria personalidade e senso de individualidade. A personalização é o caminho pelo qual um self autêntico se forma e permite o estabelecimento de relacionamentos saudáveis e significativos.

O conceito de realização está relacionado ao potencial da criança de atingir seu desenvolvimento máximo e seu verdadeiro self. Isso envolve permitir que a criança explore suas habilidades, interesses e talentos de maneira autêntica e satisfatória. De acordo com Winnicott, a realização ocorre quando a criança cresce em um ambiente que a apoia e a aceita como ela é, possibilitando que ela seja verdadeiramente ela mesma. A realização é um processo contínuo que perdura ao longo da vida e está intrinsecamente ligado à capacidade de levar uma vida plena e significativa.

Ainda sob o prisma da teoria winniciotiana é importante salientar o papel exercido pelo pai (usado para se referir a qualquer pessoa ou instituição que exerce uma função paterna) na dinâmica familiar. Para o autor, o pai desempenha um papel crucial na formação da identidade da criança, haja vista que contribui para a diferenciação da criança em relação à mãe, contribuindo para o processo de desenvolvimento da individualidade (Winnicott, 1982 [1957]). Outrossim, o pai

oferece suporte e proteção à mãe, para que assim ela consiga ser um ambiente de proteção para o bebê (Santos *et al.*, 2022).

Em outras palavras, em situações específicas, o pai pode assumir temporariamente funções que tradicionalmente são atribuídas à mãe, como cuidado e a construção de uma relação de confiança com o bebê. Nesse contexto, Winnicott (1983 [1979]) postulou o conceito de “maternagem suficientemente boa”, referindo-se à capacidade da figura parental de atender às necessidades emocionais e físicas da criança de maneira adequada e consistente.

É necessário frisar que Winnicott desenvolveu suas teorias em um contexto histórico em que as famílias tradicionais eram predominantes. Portanto, suas obras refletem a compreensão da época sobre as estruturas familiares, onde a presença da mãe e do pai era considerada como a base ideal para o desenvolvimento infantil saudável. No entanto, na contemporaneidade, é fulcral reconhecer a diversidade de configurações familiares existentes.

Para além disso, faz-se necessário ressaltar que o autor considera o ambiente como um fator fundamental para o desenvolvimento saudável da relação mãe-bebê. Assim, em um ambiente não facilitador, a mãe pode ter dificuldade em ser suficientemente boa, encontrando obstáculos para garantir a provisão ambiental necessária ao bebê. Segundo Winnicott, em sua obra "Família e Desenvolvimento Individual" (2023b [1965]), a figura materna só seria capaz de desempenhar esse papel caso sinta-se segura em sua relação com a figura paterna, a própria família e caso sinta que é aceita nos círculos cada vez mais amplos em torno da família, que constituem a sociedade.

Na obra o autor destaca que "[...] uma boa parcela das mães e pais, em virtude de moléstias sociais, familiares e pessoais, não consegue prover condições suficientemente boas à época do nascimento do bebê" (Winnicott, 2023b [1965], p. 07). Destarte, é fundamental considerar as questões socioeconômicas e culturais ao abordar a relação mãe-bebê, tendo em vista que ambientes desfavoráveis podem comprometer a saúde emocional da figura materna e, consequentemente, o processo de desenvolvimento emocional do bebê.

Por conseguinte, ao aplicar as ideias de Winnicott no contexto atual, faz-se necessário adaptar a abordagem para refletir a realidade diversificada das experiências familiares. Logo, o suporte emocional e um ambiente facilitador podem ser construídos de formas variadas, demonstrando que, embora a relação mãe-bebê

seja central, outros arranjos familiares podem ser igualmente eficazes no desenvolvimento saudável da criança. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto da adoção, onde dinâmicas específicas envolvem tanto o cuidador quanto a criança em um processo de construção mútua de vínculo.

4. A DINÂMICA INCONSCIENTE NA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO

Donald Winnicott iniciou seus trabalhos com questões relacionadas à adoção durante seu período como pediatra e psicanalista, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando ele se envolveu com crianças que haviam sido evacuadas de Londres para o interior da Inglaterra para escapar dos bombardeios. Muitas dessas crianças enfrentavam situações de separação dos pais e, em alguns casos, eram colocadas em lares adotivos. Outrossim, o autor ficou profundamente interessado em como a separação, a perda e a transição para novos lares afetavam o desenvolvimento emocional das crianças. Ele percebeu que a qualidade do cuidado que as crianças recebiam, especialmente o ambiente emocional proporcionado pelos novos cuidadores, era crucial para seu desenvolvimento saudável (Winnicott, 2023a [1984]).

À luz da perspectiva de Winnicott, o início de um processo de adoção se baseia em um processo de perda, acompanhada de um processo de luto por aquilo que foi perdido e a família adotiva pode desempenhar um papel terapêutico na vida da criança que sofreu depravações. De acordo com Winnicott, a depravação ocorre quando há a:

[...] perda de algo bom, que havia sido positivo na experiência da criança até uma determinada data, e que lhe foi retirado; essa retirada se estendeu por um período de tempo maior do que aquele durante a qual a criança consegue manter viva a recordação da experiência (Winnicott, 2021 [1958], p. 496).

Nesse contexto, a adoção pode ser vista como uma maneira de proporcionar à criança um ambiente confiável e seguro, sem desconsiderar os traumas anteriormente vivenciados por ela (Winnicott, 1997 [1996]).

Considerando que a criança adotada traz consigo uma história prévia que não pode ser desconsiderada, mas sim integrada à sua atual história familiar. Essa questão está rodeada de incertezas por parte das figuras parentais, porém, quando a família consegue encontrar um equilíbrio para lidar com as diferenças, proporciona à criança a chance de formar vínculos afetivos, segurança, além de desenvolver-se em um ambiente suficientemente bom. Diante disso, os pais são capazes de exercer de forma plena sua parentalidade (Paulina et al., 2018).

Vale ressaltar que, em sua obra "O ambiente e os processos de maturação", Winnicott (1983 [1979]) descreve três fases do desenvolvimento emocional que também podem ser aplicadas para uma compreensão mais profunda da formação de vínculos entre a criança e seus cuidadores. Essas fases são a dependência absoluta, a dependência relativa e rumo à independência.

Na fase de dependência absoluta, o foco recai na identificação da figura materna. Nessa fase, a mãe entra em um estado de sensibilidade aguçada, tornando o bebê sua principal preocupação. Isso permite que ela compreenda as necessidades do bebê e forneça todo o suporte necessário durante as primeiras semanas de vida.

No entanto, para Winnicott, se esse período de espera for excessivamente prolongado no processo de adoção, a capacidade de identificação pode ser prejudicada, dificultando a formação do vínculo com a criança. Esse período é comparável à fase de gravidez, representando um estado de sensibilidade, uma gestação simbólica. A mãe adotiva que consegue concentrar sua energia libidinal nas necessidades do bebê é capaz de fornecer esse cuidado, o *holding* e o *handling*.

Ao considerar a chegada de uma criança adotiva na família, a mãe pode experimentar um luto associado à criança que ela imaginou e desejou antes da adoção. Diante disso, elaborar esse luto é crucial para permitir que a mãe possa redirecionar sua energia libidinal para a criança que está agora presente na família. A criança adotiva, nesse contexto, torna-se um objeto transicional, um elo entre a realidade da adoção e as fantasias não realizadas (Xerfan, 2009).

Isto posto, a dificuldade de investimento emocional por parte das figuras parentais pode surgir quando eles não conseguem perceber a criança como uma representação da continuidade de si mesmo, haja vista que, na teoria freudiana, esse vínculo é uma manifestação do narcisismo infantil dos pais, que veem nos filhos uma extensão de si mesmos, uma continuidade de seu ego (Freud, 2010a [1914]).

Torna-se mãe e/ou pai, portanto, exige um trabalho psíquico complexo, intensificado durante o período de espera pela chegada desse sujeito que assumirá um lugar na família. Logo, a legitimação do filho é a condição primordial para sua inserção no grupo familiar e, a partir do reencontro com suas próprias referências

infantis, os cuidadores ressignificam seu papel, assumindo um novo lugar e função necessários à experiência da parentalidade (Passos, 2012).

Nesse contexto, a prática do *holding* - oferecendo à criança uma sensação de segurança em relação à sua filiação e ao seu sentido de pertencimento - desempenha um papel fundamental. É essencial que a criança não sinta a necessidade de fingir alegria apenas para acalmar os pais adotivos, pois essa atitude pode levar ao desenvolvimento de uma defesa psicológica, dando origem ao conceito do falso self, que é frequentemente observado em crianças adotadas (Winnicott, 1997 [1996]).

O conceito de falso self, em Winnicott, relaciona-se a uma estrutura de personalidade defensiva que é desenvolvida pela criança como mecanismo de defesa diante de ambientes considerados inseguros. Quando suas verdadeiras necessidades não são atendidas, a criança pode criar um falso self para atender as expectativas externas, mas que não representa de forma autêntica. À vista disso, a formação saudável do self está intimamente relacionada à capacidade dos cuidadores de oferecerem um ambiente emocionalmente seguro (Winnicott, 1983 [1979]).

Nesse contexto, a criação de um ambiente "suficientemente bom", conforme Winnicott (1983 [1979]), torna-se essencial para que a criança se sinta segura e amparada. Esse ambiente, sustentado por cuidados constantes e pela confiabilidade na figura materna, permite que a criança desenvolva um senso genuíno de pertencimento e continuidade do ser. Rocha (2012) complementa essa visão ao afirmar que o cuidado tem uma função estruturante na constituição da subjetividade, haja vista que se estende desde o momento da concepção até o momento da morte, em suas diversas formas de cuidado.

Nos casos de adoção, a criança enfrenta a transição de uma figura parental para outra, e é importante compreender que seu processo de vinculação e desenvolvimento emocional pode ser complexo. A criança pode experimentar sentimentos ambivalentes de amor e ódio em relação à mãe adotiva, o que é uma parte natural do processo. Com o tempo, a criança passa a compreender o que verdadeiramente lhe cabe em termos de responsabilidade e como ela se relaciona com a nova figura materna. Esse processo de adaptação e amadurecimento emocional é fundamental na construção de um vínculo saudável no contexto da adoção.

A fase de rumo à independência corresponde à vivência do Complexo de Édipo (entre os 3 e 6 anos de idade), uma etapa essencial no desenvolvimento infantil. No contexto de uma criança adotada, essa fase apresenta particularidades relacionadas à confiabilidade que a criança desenvolverá em relação ao mundo, uma confiança que muitas vezes é abalada no momento da separação da mãe biológica. Isso, por sua vez, pode impactar significativamente suas relações familiares, afetivas e sociais (Winnicott, 2023a [1984]).

Durante essa fase, a questão da revelação sobre a adoção surge como um tema relevante. Para o autor, a resposta é clara: quanto mais cedo a revelação ocorrer, melhor. Isso se deve ao fato de que a experiência de ser adotado está intrinsecamente ligada à revelação ou ao conhecimento da criança sobre sua condição. A revelação permite que a criança confronte a realidade, diferenciando-a das fantasias. É um momento em que as emoções não experienciadas anteriormente não podem ser negligenciadas (Winnicott, 1997 [1996]).

Para Queiroz (2012), inscrever a criança na história de uma família exige evocar sua própria trajetória, retirando-a do campo do não-dito. Em cada sujeito, existe uma inquietação sobre a própria origem, e, no contexto da adoção, o conhecimento e o diálogo sobre essa origem tornam-se uma questão significativa tanto para os pais quanto para os filhos. Para os pais, pode representar entrar em contato com questões mal elaboradas, como a infertilidade, a existência dos genitores, e experiência prévia da criança e os temores quando a vinculação. Para a criança, reações negativas podem ser fruto da angústia dos pais adotivos em relação ao tema e não por conta da adoção propriamente dita (Levinzon, 2009).

Outrossim, esse ato de compartilhar assume um tom de "revelação", termo que Queiroz (2012) explica em dois sentidos: a divulgação de algo secreto e a manifestação de algo divino. Ambos os significados refletem o lugar que a criança ocupa na economia psíquica familiar, seja como alguém cuja origem verdadeira reside nos genitores, vistos como "pais verdadeiros" pelos adotantes, ou como uma dádiva divina, um presente concedido aos pais adotivos em compensação por não poderem gerar um filho biologicamente.

Freud (2015 [1909]) afirma que todo filho, em algum momento, fantasia sobre ser adotado e questiona sua própria origem. Para o sujeito adotado, essa fantasia se concretiza em realidade, o que intensifica o desafio e a complexidade de lidar com as questões de origem. Segundo Levinzon (2009), sentimentos de rejeição, luto, dor

e incompreensão podem emergir e, portanto, provocam confusão e desprazer. Nestes casos, a criança fantasia que os pais biológicos teriam a frustrado menos e a compreendido mais.

Concernente aos pais adotivos, lidar com as fantasias da criança pode ser desafiador, especialmente quando seus próprios sentimentos de vínculo parental e angústias em relação ao processo de adoção ainda não estão plenamente elaborados. Nesses casos, a manifestação destas fantasias pode ser interpretada pelos pais como sinal de fracasso e, desta feita, o desafio está em não confundir essa dimensão fantasiosa com a realidade, pois a fantasia pode ter um papel defensivo importante para a criança, ajudando-a a lidar com suas próprias angústias.

No entanto, é importante reconhecer que, assim como no caso de um filho adotivo, o filho biológico também precisa ser adotado simbolicamente pelos pais, sendo identificado e reconhecido dentro da dinâmica familiar.

Contudo, no contexto da adoção, a história de origem carrega um peso significativo e pode dificultar tanto o ato de falar abertamente sobre a adoção quanto o desenvolvimento da fantasia natural da criança sobre sua origem, tema central na construção do romance familiar. Essa complexidade, presente na adoção, exige um espaço com condições para que o discurso sobre a adoção possa circular livremente, permitindo à criança compreender seu lugar na família de forma segura.

É importante ressaltar que, em adoções de crianças acima de dois anos, denominadas juridicamente como adoções tardias, a criança enfrenta desafios adicionais. Ela pode levar um tempo para se adaptar e, em muitos casos, experimentará momentos de angústia ao ingressar em um ambiente com pessoas estranhas. No entanto, viver essa transição é fundamental, pois permite que a criança, no futuro, consolide seu lugar na família adotiva. A adaptação e o desenvolvimento emocional gradual são cruciais para a construção de vínculos sólidos e para o bem-estar da criança nesse novo contexto.

5. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE INFANTIL SOB O PRISMA DOS SENTIMENTOS PARENTAIS

Ao abordar o tema adoção, é imprescindível destacar a primeira infância, haja vista que esse período é fundamental na constituição da subjetividade do sujeito. Freud, em sua obra *Além do Princípio do Prazer* (2010 [1920]), apresenta dois modos de funcionamento psíquicos na infância, sendo eles: o princípio do prazer e o princípio da realidade. Inicialmente, a criança é regida pelo princípio do prazer, ou seja, está sempre em busca de satisfação e, portanto, situações de desprazer e/ou desconforto são interpretadas como ameaça à vida.

Além disso, a satisfação é alcançada por meio da demanda orgânica e a do prazer, que pode ser representada pelo ato de sucção. Em contrapartida, no princípio da realidade, há uma aceitação temporária do desprazer. Neste momento, a criança começa desenvolver a linguagem e diferenciar-se do outro por meio de pequenas separações entre ela e a figura materna, sendo este um ensaio para a formação do ego (Freud, 2010 [1920]).

Portanto, a passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade ocorre por conta das dificuldades externas vividas pelo bebê e podem ser caracterizadas como o protótipo para as futuras relações (Freud, 2010 [1920]). Desse modo, a dinâmica familiar e conflitos inconscientes podem influenciar a percepção da criança acerca de si mesma e o mundo ao seu redor. Para mais, as expectativas parentais podem ser interpretadas pela criança como parte de sua própria identidade e impactando, assim, a construção de sua subjetividade.

O ego, conforme descrito por Freud (2010 [1920]), é responsável por mediar os impulsos do id, as demandas do superego e as realidades do mundo externo. Nesse meandro, o desenvolvimento do ego na criança adotada é influenciado pelas interações com os pais adotivos e a adaptação a um novo ambiente. É de suma importância compreender que a ruptura dos vínculos afetivos vivenciados pela criança ou adolescente provoca sofrimento, medo de um novo abandono e desconfiança para criar novos vínculos (Silva *et al.*, 2019).

Nesse ínterim, pode se desencadear mecanismos de defesa frente a essa nova realidade, como por exemplo, a negação, projeção e identificação. A primeira, pode ser uma maneira encontrada pela criança para evitar entrar em contato com

susas emoções, sentimento de perda e rejeição relacionados à família de origem. Ademais, a criança pode projetar seus sentimentos de insegurança nos pais adotivos, atribuindo a eles intenções negativas ou críticas. Já na identificação, há um reconhecimento dos pais como figuras de segurança e apoio (Levinzon, 2009).

Freud aponta ainda que o investimento narcísico das figuras parentais contribui para a constituição do psiquismo da criança, visto que desde o nascimento o bebê se depara com uma situação de desamparo, sendo este fruto de seu próprio nascimento. Os eventos externos e conteúdos internos são vistas como ameaçadoras pelo bebê e os pais agem diretamente nessa estruturação (Freud, 2010 [1914], 2010 [1917]). Arruda (2022), destaca que a falta de uma presença materna acolhedora após esse trauma inicial pode intensificar a angústia de aniquilamento, considerando-se que é esta figura que irá fornecer atenção e acolhimento, contendo, assim, as angústias e diminuindo o excesso de excitação interna e externa.

Essas experiências iniciais podem ser caracterizadas como o protótipo das relações futuras, uma vez que o psiquismo humano se constitui na relação com o outro. Ademais, para Freud (2010 [1914]), o desejo de tornar-se mãe ou pai está relacionado às feridas narcísicas e como estes sujeitos lidam com a questão da falta, partindo da relação de cada um com a castração. Desse modo, o desejo de ter um filho, seja ele biológico ou adotado, passa por idealizações simbólicas frente ao falo.

Ainda nesta perspectiva, os pais, na relação com os filhos, revivem e reproduzem seu próprio narcisismo por meio dos afetos direcionados, além de amar e desejar o outro que apresentar uma qualidade que falta em si mesmo para tornar-se ideal, identificando-se com o ego do sujeito e sendo expressa por meio de uma superestimação da criança. Outrossim, muitos pretendentes à adoção fantasiam com um filho ideal, todavia é fulcral compreender que, em adoções de crianças maiores, trata-se de um sujeito real com hábitos já enraizados.

Destarte, quando não é possível processar psiquicamente os aspectos particulares atrelados ao processo de adoção, principalmente pelos adotantes, pode-se culminar na impossibilidade de reconhecer e elaborar o filho adotivo como um sujeito legítimo, fato este que atravessa questões inconscientes dos pais. Nesse sentido, a criança, ao demonstrar sua subjetividade, pode se encaixar no campo da

estranheza, dificultando a identificação entre os membros da família, fundamental no processo de adoção (Arruda, 2022).

É preciso que os pais percorram o caminho entre o filho ideal e o filho real, para que o sujeito não seja colocado no campo do estranho, do estrangeiro dentro da família. Quando os pais não se apropriam da história do filho, a criança pode ser estranhada pelos pais adotivos por não fazer parte do mundo familiar, sendo este regido pela consanguinidade. Logo, faz-se necessário que os pais tenham um espaço de desejo inconsciente para este filho, que não confronte a vontade de adotar ou ter um filho de forma biológica (Rosa, 2008).

Para isso, uma gestação simbólica é possível apenas após a elaboração do luto pelo filho biológico para que esse espaço não fique preenchido pelo não-dito e pela ideia de filho ideal. Dessa maneira, os pais adotivos podem sentir-se menos ameaçados e rejeitados caso os filhos demonstrem o interesse em procurar os genitores. Para Rosa (2008), os adotantes podem preferir recém-nascidos como forma de adotar uma criança que acreditam não ter uma história prévia e que esta possa se construir a partir desses adotantes. Inconscientemente, a criança pode perceber essa rivalidade entre os pais adotivos e genitores e, por lealdade aos primeiros, apenas iniciam a busca pela família biológica após a morte daqueles que o adotaram.

De modo geral, nas crianças adotadas, existe um luto relacionado, principalmente, a família biológica. Em contrapartida, os adotantes necessitam de tempo para processar aquilo que foi perdido, idealizado e/ou fantasiado. Este processo é estabelecido diante de situações em que há a perda do objeto de desejo e necessita de um período de processamento para que o ego possa retirar, de forma gradual, a energia libidinal ligada ao objeto perdido (Freud, 2010 [1914])

Concomitantemente a isso, Freud (2010 [1914]) discute as repetições que ocorrem nas relações transferenciais, pois existem situações, frutos de repressões, que não são recordadas, porém atuadas de forma semelhante ao que foi vivido previamente. Um exemplo disso, no caso da adoção, é o ódio em face dos pais adotivos sendo caracterizado como uma reincidência da situação anterior de desejo de despejar o ódio voltado aos pais biológicos e ao ambiente que vivia.

Arruda (2022) destaca que as crianças adotadas podem apresentar comportamentos de autodepreciação, fato este que compromete a autoimagem do sujeito, haja vista que acreditam ter feito algo errado que fez com que fossem

colocados para adoção. Ao chegarem na vida adulta, podem ter duas características principais: o perfeccionismo ou descrédito em si mesmo. Ao tornar-se perfeccionista, passa a exigir de forma exacerbada de si mesmo e dos outros, criando ideias irreais frente as pessoas, especialmente figuras femininas, pois remontam à figura materna que o abandonou.

Ao acreditarem pouco em si mesmas, exigem pouco de si e dos outros por julgarem possuir pouco valor frente a sociedade. Para mais, o autor destaca o movimento vivido pelos filhos adotivos de se perceber como um sujeito desagradável ao ambiente, sendo de difícil convivência e, desta forma, busca ser o filho idealizado pelos pais para que estes não o abandonem, assim como os biológicos fizeram. Junto disto, a cultura impõe que o adotado deve sentir gratidão por terem o salvado, resultando em sujeito que não se permite ter sentimentos ambivalentes frente às figuras parentais e acreditam, ainda, possuir uma dívida com os pais e demais pessoas de seu convívio o que pode culminar na necessidade de retribuir ações positivas direcionadas a ele (Arruda, 2022).

Portanto, para Rosa (2008), essas perdas na infância introjetam no imaginário da criança o medo de perder o objeto de desejo novamente. Nesse meandro, possuem três investimentos distintos que podem ser configurados como mecanismos de defesa: a indiferença afetiva, cuidado excessivo, autonomia precoce. No primeiro, o sujeito não investe mais energia libidinal em seu objeto de amor para que não tenha risco de perdê-lo. No segundo tipo, o indivíduo cuida das pessoas da forma como gostaria de ser cuidada, porém isto ocorre em um nível fantasioso e inconsciente.

Por último, o sujeito busca não depender do outro, não estabelecendo relações de confiança por não ter garantias de que não será abandonado. Essa tentativa de proteção frente a possíveis perdas pode ser vista pelos pais adotivos como uma forma de rejeição, fato este que pode provocar insegurança na forma como exercem a parentalidade, não tomando para si este filho e a sua educação, não colocando a criança como pertencente às regras da família. Isto posto, a criança pode sentir-se rejeitada pela família, haja vista que não é inserida nas leis familiares.

Segundo Rosa (2008), pessoas adotadas têm o sentimento de que algo está faltando dentro delas e, por este motivo, envolvem-se em processos de busca por sua família biológica como forma de preencher esse espaço que está vazio. Em diversos momentos, as crianças podem ter fantasias de pertencerem a outra família,

ou seja, é preciso que a criança se decepcione com os pais, concluindo que eles não são seres onipotentes ou perfeitos. Assim, seria necessário deixar que esses pais perfeitos morressem como forma de aceitar a imperfeição do contexto em que a criança está inserida.

Nesse contexto, a revelação sobre a adoção é de extrema importância, visto que o não-dito pode ser desestruturante, haja vista que a criança também se estrutura a partir da família e esbarrar neste segredo é esbarrar no vazio, que torna-se mais presente para o sujeito do que se a verdade tivesse sido enunciada. O desconhecimento da sua realidade, segundo Rosa (2008), pode provocar a sensação de irrealidade a nível psíquico, dificultando atingir um senso de identidade integrada, considerando que existem lacunas na história e, portanto, a fantasia busca preencher os espaços que faltam.

Em uma análise sob a ótica winnicottiana (1983 [1979]), quando ocorre uma destruição de um ambiente bom ou este nunca existiu, a criança confronta fenômenos que podem se caracterizar como patológicos. Neste contexto, a criança pode regredir as fases iniciais do desenvolvimento ou estados de introversão, como mecanismos de defesa frente a essas privações. Portanto, é imprescindível que a criança sinta segurança no ambiente em que está sendo inserida.

Concomitante a construção desta confiança, é fulcral que a criança tenha espaço para expressar o ódio com a primeira ruptura ambiental que seria direcionado aos biológicos, porém é projetado nos pais adotivos. Esse momento possibilita uma relação menos idealizada na família e, portanto, mais segura (Secco, 2019). Isto posto, é possível relacionar o que Freud (2010 [1914]) destacou acerca da compulsão à repetição e, por conseguinte, é possível analisar que o ódio direcionado aos pais adotivos representa a repetição daquilo que não foi expresso no passado aos pais biológicos e ao ambiente inseguro em que a criança viveu.

Nesse contexto, para Secco (2019), a criança teme e, ao mesmo tempo, se identifica com o abandono e, por isso, podem comportar-se de forma a testar os pais adotivos para garantir que estes não os abandonarão. Para Winnicott (1997 [1996]), essas crianças tiveram a experiência primária marcada por uma ruptura e podem apresentar uma cisão em sua personalidade que pode viabilizar uma oscilação entre os extremos bom-mau. Em suma, na adoção, há um aspecto primitivo que se perde e a falta resultante desse vínculo perdido passa a marcar permanentemente a subjetividade desses sujeitos.

Nesse meandro, a vinculação sofre influência do ambiente, uma vez que, no início, o bebê tem a ilusão de ser onipotente, instaurando-se, posteriormente, por parte da figura materna, um processo de desilusão, auxiliando a criança a entrar em contato com a realidade. Para Winnicott (1983 [1979]), o ego fraco do lactente ganha força a partir da complementação das expressões de onipotência do bebê por parte da mãe, caracterizando o surgimento do verdadeiro self, sendo este a expressão espontânea do indivíduo a partir de si mesmo.

Isto posto, problemas neste processo originam o falso self, sendo este a submissão do bebê ao ambiente, que se impõe de tal forma que o lactente se protege reagindo, comprometendo a continuidade do ser. Portanto, a privação de cuidados precoces pode estruturar patologias ligadas ao falso self, que tem sua etiologia nas primeiras relações objetais. Para mais, o falso self surge como uma forma de proteção ao self verdadeiro, buscando a preservação da continuidade. É fundamental destacar que, em certo nível, o falso self faz parte da constituição psíquica na saúde; todavia, quando organizado rigidamente, impede a vivência do verdadeiro self (Winnicott, 1983 [1979]).

Para Levinzon (2004), crianças que experienciaram descontinuidades relativas a separações precoces, manifestam o desenvolvimento do falso self, em diversos graus, como mecanismo de defesa contra angústias originadas no processo de intrusões que interrompiam a continuidade do self. À vista disso, nas crianças adotadas

[...] o medo de novamente ser abandonado contribui para a formação de uma parte de si mesmo excessivamente preocupada em ser aceita pelo ambiente. A criança adotiva teme uma nova ruptura, e pode crescer tentando corresponder ao que entende que se espera dela, como se assim pudesse garantir sua adoção (Levinzon, 2004, p. 112).

Ou seja, o filho adotivo busca pertencer a família adotiva, mesmo que para isso precise negar suas necessidades, fazendo qualquer coisa para evitar confrontos e mostrando-se como entende que se espera dele caracterizando o self artificial ou bom adotado (Lifton, 1994, *apud*. Levinzon, 2004).

Outrossim, é importante ressaltar que a orientação especial da mãe para com o bebê, chamada de preocupação materna primária, sofre influências da saúde mental materna e também do ambiente que a cerca. Em uma análise social o ambiente, sendo este físico, social, econômico e/ou cultural, precisa amparar esta mãe de modo que ela se sinta segura. Isso possibilita que a mãe possa identificar-se

com o bebê, pressentindo suas necessidades e expectativas, protegendo-o para que ele comece existindo e não reagindo (Winnicott, 1983 [1979]).

Nesta perspectiva, Winnicott explora, em seu texto “Medo do Colapso” (1963), como eventos traumáticos precoces podem influenciar na estruturação psíquica do sujeito, resultando em medos que não correspondem ao futuro, mas a algo já experienciado no passado. Assim, crianças adotadas podem ter experimentado descontinuidades e traumas relacionados a separação dos primeiros cuidadores, que podem impactar emocionalmente, resultando em um medo constante de novas perdas, que, para a criança, parece iminente, mas que, de fato, está ligado ao colapso psíquico já ocorrido anteriormente.

O falso self pode surgir, então, como um mecanismo de defesa no desenvolvimento da criança adotiva, que, temendo uma nova ruptura, cresce tentando corresponder ao que acredita ser esperado dela, como uma forma de garantir sua permanência na nova família. Dessa maneira, uma parte de si mesma fica fragmentada, sentindo a necessidade de escondê-la ou reprimi-la a qualquer custo para evitar o risco de se sentir rejeitada novamente (Levinzon, 2009). O medo de reviver o abandono contribui para a formação de uma identidade excessivamente preocupada em ser aceita, adaptando-se às demandas do ambiente para evitar confrontar a dor original. Assim, o medo do colapso se manifesta como uma tentativa de evitar a reexperiência do trauma inicial (Winnicott, 2005 [1989]).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, toda criança, seja ela filha biológica ou adotiva, precisa ser adotada simbolicamente pelos pais para ocupar um lugar afetivo e legítimo na família. A ausência dessa adoção no desejo parental pode deixar marcas profundas, que influenciam significativamente a formação da subjetividade e das relações futuras do indivíduo. Ainda que a origem de cada criança traga consigo uma história, é possível construir novos significados e percursos, independentemente da condição de nascimento.

Apesar do desamparo inicial que acompanha o nascimento, é no encontro com aqueles que a acolhem e a adotam que a criança pode vislumbrar suas possibilidades de pertencimento e construção de um lugar no mundo. A maneira como cada um lidará com as adversidades e desafios de sua existência dependerá da qualidade desse vínculo de filiação adotiva – seja ele coincidente ou não com a filiação biológica. A adoção, portanto, torna-se um processo não apenas legal, mas emocional e psíquico, onde o amor, o reconhecimento e o desejo de filiação se mostram essenciais para o desenvolvimento saudável da criança.

Nesse sentido, a adoção em si não pode ser responsabilizada pelos conflitos que surgem na família; o grande desafio para a família adotiva está na aquisição e fortalecimento do sentimento de filiação, em que a criança e as figuras parentais se reconheçam mutuamente como pertencentes. Quando esse sentimento de pertencimento não se estabelece, todos os integrantes da família podem, inconscientemente, reagir de forma defensiva, o que impacta o relacionamento familiar.

Dessa forma, a esterilidade dos pais, suas expectativas e projetos de vida, a privação da criança, suas experiências de abandono e a forma como reagiu a essas vivências são fatores que influenciam diretamente a construção do vínculo parental. A aceitação da adoção pela criança está intimamente ligada ao grau de aceitação dos pais em relação ao seu próprio lugar como pais adotivos. Assim, contar à criança sobre sua adoção, desde cedo, é fundamental para que ela construa uma identidade sólida e se reconheça seu lugar na família.

Portanto, é essencial que os pais adotivos consigam enxergar o filho adotado como um sujeito real, não apenas uma idealização. Esse processo demanda uma

gestação simbólica, que implica o luto pelo filho idealizado para acolher o filho adotado com suas particularidades e sua história. A criança, por sua vez, precisa sentir-se aceita em sua individualidade, o que exige um ambiente familiar que valorize o verdadeiro self, permitindo-lhe integrar-se de maneira segura e autêntica. Na adoção, criar essa segurança, através da constância e repetição do cuidado, é fundamental para que a criança não apenas se sinta pertencente, mas também capaz de vivenciar suas emoções de forma saudável, construindo um vínculo familiar sólido com mínima necessidade de reação a intrusões que afetem a continuidade do ser.

Por fim, o ato de adotar não se encerra no momento em que o trâmite legal é concluído; pelo contrário, se desdobra na convivência cotidiana e exige uma atenção contínua às necessidades da criança. A construção de vínculos e o reconhecimento da individualidade de cada membro familiar são questões que devem ser elaboradas ao longo da vida em comum. Em suma, a adoção precisa ser suficientemente boa, uma vez que é um compromisso vitalício, de cuidado e acolhimento constante, com vistas a proporcionar uma base segura para que a criança se desenvolva emocionalmente e possa desenvolver um verdadeiro self, sentindo-se genuinamente pertencente e integrada na família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. L.; FREIRE, J. G.; PRÓCHNO, C. C. S. C. O sintoma da criança na história da psicanálise e na contemporaneidade: contribuições para uma prática despatologizante. **Estilos da Clínica**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 2, p. 302–320, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/131011>. Acesso em 02 set.de 2024.

ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. **Pensando família**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41-53, julho 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X201300010005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 21 set. 2023.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, G. L. D. **O processo de adoção e a possível devolução de crianças: uma revisão psicanalítica**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/27714/1/Gustavo%20Lara%20de%20Arruda_GUSTAVO%20LARA%20DE%20ARRU.pdf> Acesso em 02 mar. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 22 set. 2023.

CALDERÓN, R. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Destituição do poder familiar e adoção de crianças. In: **Diagnóstico Nacional da Primeira Infância**. Brasília. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-relatorio-final.pdf>. Acesso em 25 ago. 2024.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019a**. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado13472320220428626a9aeb4e646.pdf>. Acesso em 25 ago. 2024.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Como adotar uma criança no Brasil**: passo a passo. 07 de junho de 2019b. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/>. Acesso em 25 ago. 2024.

CONTENTE, S. R.; CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C. Adoção e Preparação Infantil na Percepção dos Profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belém/PA. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 317-333, dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532002.pdf>> Acesso em 21 set. 2023.

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COSTA, M. A. F. **Infância e modernidade**: Transformações do conceito e o papel da família. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/829e4ee3-62ea-43be-823e-d30365004bbe/content>. Acesso em 26 ago. 2024.

DIAS, E. O. A trajetória intelectual de Winnicott. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 111-156, 2002. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302002000100004> Acesso em: 02 set. 2024.

FREUD, S. **Obras Completas, Volume 6**: Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Romance Familiar dos Neuróticos (1909). In: FREUD, S. **Obras Completas, Volume 8**: O Delírio e os Sonhos na Gradiva, Análise da Fobia de um Garoto de Cinco Anos e outros textos (1906-1909). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Obras Completas, Volume 12**: Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. **Obras Completas, Volume 14**: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

LEVINZON, G. K. **Adoção**. 3º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (ORG.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

OLIVEIRA, S. V. D. **Devolução de crianças, uma configuração entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17107/1/Diss%20Shimenia.pdf>> Acesso em 05 jan. 2024.

PASSOS, M. C. Reconhecimento, Filiação e Parentalidade. In: QUEIROZ, E. F. de; PASSOS, M. C. **A Clínica da Adoção**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

PAULINA, E.; FERREIRA, L.; BOBATO, S. T.; BECKER, A.P.S. O processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo, v. 38, n. 94, p. 77-86, 2018. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v38n94/v38n94a08.pdf>> Acesso em 05 jan. 2024.

QUEIROZ, E. F. de. O “Romance Familiar” na Adoção. In: QUEIROZ, E. F. de; PASSOS, M. C. **A Clínica da Adoção**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ROCHA, Z. J. B. A Função Estruturante do Cuidado. In: QUEIROZ, E. F. de; PASSOS, M. C. **A Clínica da Adoção**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ROSA, D. B. A narrativa de experiência adotiva - Fantasias que envolvem a adoção. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n1, p.97-110, 2008. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v20n1/07.pdf>> Acesso em 09 mar. 2024.

SANTOS, G. A. G.; BARBIERI, V.; SANTOS, M. A. O pai e a função paterna na teoria winniciottiana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 3, p. 112-128, 2022. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/view/54543/29774>> Acesso em 20 jan.de 2024.

SECCO, N. T. **Atravessamentos da adoção no Brasil: Uma reflexão psicanalítica acerca da elaboração da adoção na cena familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em <<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/28653/1/NAT%c3%81LIA%20TAVARES%20SECCO%20-%20TCC.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, C. R. D.; DE MARCO, T. T.; SCHLOSSER, A. Processos de adoção e adoção tardia: definição, aspectos históricos e fenômenos associados. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v.4, 2019 Disponível em <<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/23438/13931>> Acesso em 17 fev. 2024.

THIAGO, I. da C. B. **Construção do conceito infância: uma revisão histórico-crítica**. TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, 2022. Disponível em: https://www.riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6268/2/TCC_IdelvaniThiago.pdf. Acesso em 26 ago. 2024.

WINNICOTT, D. W. A criança evacuada (1945). In: WINNICOTT, D. W. **Deprivação e delinquência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023a. (Publicação original em 1984).

_____. O primeiro ano de vida: concepções modernas do desenvolvimento emocional. In: WINNICOTT, D. W. **Família e Desenvolvimento Individual**. São Paulo: Ubu Editora, 2023b. (Publicação original em 1965).

- _____. A tendência antissocial (1956). In: WINNICOTT, D. W. **Deprivação e delinquência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023a. (Publicação original em 1984).
- _____. Desenvolvimento emocional primitivo (1945). In: WINNICOTT, D. W. **Da Pediatria à Psicanálise**. São Paulo: Ubu Editora, 2021. (Publicação original em 1958).
- _____. O ambiente saudável na infância (1967). In: WINNICOTT, D. W. **Bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. (Publicação original em 1987).
- _____. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951). In: WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019. (Publicação original em 1971).
- _____. O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019. (Publicação original em 1971).
- _____. O Medo do Colapso (*Breakdown*) (1963). In: WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (ORG.). **Explorações Psicanalíticas**: D. W. Winnicott. Porto Alegre: Artmed, 2005. (Publicação original em 1989).
- _____. Duas crianças adotadas (1953). In: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1997. (Publicação original em 1996).
- _____. Armadilhas na adoção (1954). In: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1997. (Publicação original em 1996).
- _____. A adolescência das crianças adotadas (1955). In: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1997. (Publicação original em 1996).
- _____. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self (1960). In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. (Publicação original em 1979).
- _____. Relação paterno-infantil (1960). In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. (Publicação original em 1979).
- _____. Necessidade das crianças de menos de cinco anos. In: WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. (Publicação original em 1957).
- _____. A mãe, a professora e as necessidades da criança. In: WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. (Publicação original em 1957).

_____. E o pai? In: WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. (Publicação original em 1957).

XERFAN, C.C. **A identificação na filiação por adoção: um estudo na clínica psicanalítica**. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5029/1/Dissertacao_IdentificacaoFiliacaoAdocao.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ZIMERMAN, D. E. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2008.